

REGIMENTO INTERNO

Associação Vida Inclusiva – AVI

Gaspar/SC

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º – O presente Regimento Interno regulamenta o funcionamento da Associação Vida Inclusiva – AVI, entidade civil sem fins lucrativos, com sede em Gaspar/SC, em conformidade com o Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral.

Art. 2º – A Associação Vida Inclusiva tem como missão:

- I – Promover a inclusão social das pessoas com deficiência e seus familiares;
- II – Incentivar projetos de acessibilidade, cultura, esporte, lazer, geração de renda e qualificação profissional;
- III – Defender os direitos da pessoa com deficiência, conforme legislação vigente;
- IV – Estimular a participação cidadã e solidária da comunidade.

Art. 3º – Este Regimento complementa o Estatuto Social, detalhando normas de convivência, funcionamento e organização interna.

CAPÍTULO II – DOS ASSOCIADOS

Art. 4º – O quadro associativo da AVI é composto por:

- I – Associados fundadores;
- II – Associados beneméritos;
- III – Associados voluntários/colaboradores.

Art. 5º – São direitos dos associados:

- I – Participar das atividades e assembleias da associação;
- II – Votar e ser votado, respeitados os critérios do Estatuto;

III – Acompanhar a execução de projetos e relatórios financeiros;

IV – Propor atividades e ações que estejam de acordo com os objetivos da associação.

Art. 6º – São deveres dos associados:

I – Cumprir e respeitar o Estatuto e este Regimento;

II – Zelar pela imagem e patrimônio da associação;

III – Participar das reuniões, eventos e atividades;

IV – Apoiar e difundir os princípios da inclusão e da solidariedade.

CAPÍTULO III – DA DIRETORIA

Art. 7º – A Diretoria é o órgão executivo da associação, composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário(a), Tesoureiro(a) e demais cargos definidos em Estatuto.

Art. 8º – Compete à Diretoria:

I – Administrar a associação em conformidade com o Estatuto;

II – Cumprir e fazer cumprir as decisões da Assembleia;

III – Coordenar projetos, programas e parcerias;

IV – Elaborar relatórios financeiros e de atividades;

V – Representar a associação junto a órgãos públicos e privados.

Art. 9º – O mandato da Diretoria terá duração definida pelo Estatuto, permitida ou não a reeleição, conforme decisão da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV – DO CONSELHO FISCAL

Art. 10º – O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização contábil e financeira da associação, composto por 1 Presidente Fiscal, 1 suplente e 3 titulares.

Art. 11º – Compete ao Conselho Fiscal:

I – Examinar livros, documentos e balancetes;

II – Fiscalizar a aplicação dos recursos.

CAPÍTULO V – DAS ASSEMBLEIAS

Art. 12º – A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da associação.

Art. 13º – Compete à Assembleia:

- I – Aprovar contas e relatórios anuais;
- II – Alterar Estatuto e Regimento;
- III – Eleger e destituir membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- IV – Decidir sobre a dissolução da associação.

CAPÍTULO VI – DAS REUNIÕES

Art. 14º – As reuniões ordinárias da Diretoria ocorrerão mensalmente, salvo decisão em contrário.

Art. 15º – As reuniões dos associados poderão ocorrer trimestral ou semestral, visando o planejamento de atividades, avaliação de projetos e integração do grupo.

CAPÍTULO VII – DOS PROJETOS E ATIVIDADES

Art. 16º – A AVI desenvolverá projetos voltados para:

- I – Inclusão escolar, no esporte, social e laboral das pessoas com deficiência;
- II – Capacitação e sensibilização de profissionais, familiares e comunidade;
- III – Atividades culturais, esportivas e de lazer inclusivo;
- IV – Campanhas de conscientização sobre acessibilidade e direitos;
- V – Feiras, eventos e parcerias para captação de recursos.

Art. 17º – Os projetos deverão ter planejamento, cronograma, metas e relatórios de execução.

CAPÍTULO VIII – DO VOLUNTARIADO

Art. 18º – A associação contará com colaboradores e voluntários que atuem em ações de apoio, projetos e eventos.

Art. 19º – O trabalho voluntário será formalizado por termo de adesão, sem vínculo empregatício.

CAPÍTULO IX – DAS FINANÇAS

Art. 20º – Os recursos da associação poderão advir de:

- I – Contribuições espontânea dos associados;
- II – Doações, subvenções e patrocínios;
- III – Convênios com órgãos públicos e privados;
- IV – Eventos, campanhas e projetos de captação de recursos.

Art. 21º – Toda movimentação financeira deverá passar pelo contador e ser registrada em livros e sistemas adequados, com prestação de contas anual em Assembleia Geral.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22º – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Diretoria, submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

Art. 23º – Este Regimento Interno entra em vigor após sua aprovação em Assembleia Geral da Associação Vida Inclusiva – AVI.

Salete Aparecida Ribeiro
Presidente da AVI